

PRELIMINARMENTE

Cabe salientar que a recorrente manifestou intenção ao presente recurso no final da sessão pública conforme se depreende da presente ata, fato este que faz baseado no ART. 4º, § XVIII da lei nº 10.520/2002.

II - DOS FATOS

Em breve relato presente na ata de abertura do certame em tela o eminente pregoeiro **INABILITOU** a recorrente com fulcro em desatendimento ao **CNAE** de referencia dos serviços conforme texto extraído da ata do sistema que nos diz:

" Deixo de habilitar a empresa, eis que a atividade que mais se aproxima do objeto licitado possui o CNAE 8622-4/00, no entanto tal atividade veda serviços de ambulância cuja função é unicamente a remoção de enfermos, sem envolver atendimento ao paciente, a remoção de pacientes não é, em geral, acompanhada por médicos, mas por profissional de saúde e técnico ou auxiliar de enfermagem. Vale ressaltar ainda, que a UTI será disponibilizada pelo Município, portanto os serviços deverão ser voltados exclusivamente a área médica e enfermagem, cujos profissionais deverão realizar o atendimento e o acompanhamento quando ha necessidade de remoção. Ademais, os serviços que compreendem certo grau de complexidade exigindo dos profissionais plena capacitação, uma vez que o objetivo é única e exclusivamente salvar vidas".
GRIFEI DA ATA.

Em breve relato o argumento acostado para justificar a **INABILITAÇÃO** da recorrente não merece prosperar pelo fato de ir contra os princípios aos quais o edital se acha ou está vinculado, explico.

O simples fato de não existir um **CNAE** específico ao objeto não pode ser em nenhuma instancia motivo plausível para uma inabilitação pois, a recorrente **CUMPRIU** na integra os ditames exigidos em Edital, tanto é que foi a única

remanescente ao certame, acostou no sistema **BANRISUL de PREGÕES** toda a documentação exigida e **ASSUMIU** conforme declaração existente no sistema que **POSSUI PESSOAL QUALIFICADO AOS SERVIÇOS LICITADOS** e demonstra a capacidade de realizar os mesmos.

Na mesma esteira os antecedentes da recorrente vem amparados em 10 anos de experiência na área de remoções de pacientes, inclusive conforme atestado acostado nos autos de outro procedimento que **ABONAM** as remoções em caráter de **ÚRGENCIA E EMERGENCIA** com a disponibilidade pessoal qualificado como transcorreu no contrato nº25/2020 - prefeitura de São Sepé ao qual desde já manifesta o pedido de DILIGÊNCIA forte no ART 43, § 3º da lei nº8.666/93, se assim entender.

III - DA JURISPRUDÊNCIA

Eminente Pregoeiro o fato em tela não merece prosperar com a **INABILITAÇÃO** da recorrente vista que as doutrinas **ABONAM** a manutenção da mesma na qualidade de **VENCEDORA** pois o valor ofertado está dentro dos parâmetros do Edital e a documentação é FIDEDIGNA ao exigido sendo plausível o feito a uma **RETIFICAÇÃO** por parte deste julgador.

Conforme manifestação do eminente pregoeiro em recente licitação ao qual optou por não dar provimento ao pedido de impugnação desta requerente, baseado no tema abaixo:

Para o Tema, iremos se utilizar-se dos ensinamentos do renomado Professor JUSTEN FILHO (Comentários à Lei de Licitações, 9ª ed. Dialética, p.303), que assim trata a questão: No Direito Brasileiro não vigora o princípio da especialidade da pessoa jurídica, de tal modo que o contrato social não confere poderes para a pessoa jurídica praticar atos dentro de limites preciosos. A pessoa jurídica tem personalidade jurídica ilimitada". Lembra o administrativista que a fixação do objeto social destina-se, tão somente, a produzir efeitos de fiscalização da atividade dos administradores da sociedade. Não se pode pretender invalidar, de modo automático, a prática de determinada atividade



por uma sociedade civil pelo simples fato que aquela atividade não está inserida especificadamente no rol de suas atividades constantes do contrato social, executando-se quando o exercício de uma atividade for privativo de determinada categoria. Para arrematar a questão, veja-se a posição do nosso Judiciário: **REEXAME - (edital 3212/2022)**

NECESSÁRIO MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. A INABILITAÇÃO TÉCNICA DE EMPRESA POR FALTA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E RESTRITA ÀS HIPÓTESES DO ARTIGO 30 DA LEI Nº 8666/93. O SIMPLES FATO DE O OBJETO CENTRAL DA LICITAÇÃO NÃO COINCIDIR PRECISAMENTE COM O OBJETO CENTRAL DA LICITAÇÃO NÃO É MOTIVO SUFICIENTE PARA SUA INABILITAÇÃO. SENTENÇA CONCESSIVA DA SEGURANÇA MANTIDA EM REEXAME NECESSÁRIO. (Reexame Necessário Nº 599042074, Primeira Câmara de Férias Cível, Tribunal de Justiça do RS).

A lei nº 8.666/93, bem como a lei 14.133/2021, no que tange á habilitação jurídica, não exigem que o documento constitutivo (contrato social, estatuto, etc...) preveja expressamente que o licitante possua um **CNAE** específico para cada objeto de licitação.

A única ressalva a fazer sobre o tema refere-se a PESSOA JURÍDICA formada por advogados(sociedade unipessoal ou sociedade de advogados). O CNAE , É ÚNICO, PELA REGRA QUE É PROIBIDO A VINCULAÇÃO DA SOCIEDADE ADVOCATÍCA (unipessoal ou não), a qualquer outra atividade estranha a advocacia.

Desta feita, por orientação do **TCU**, uma empresa não poderá ser excluída do certame, apenas por não ter o **CNAE** específico do objeto licitado na sua matriz social como se extrai do texto a seguir:

"De fato, não está expressamente consignado no contrato social o serviços de transporte de pessoas almejado pela **CNEN**. Porem, constam dos autos três atestados de capacidade técnico apresentados pela **EGEL** que comprovam a prestação dos serviços desejados para três distintas pessoas jurídicas de direito público. Se a empresa apresenta experiência adequada para o desempenho de certa atividade, não seria razoável exigir que ela tenha detalhado o seu objeto social a ponto de prever expressamente todas as sub atividades complementares a atividade principal," (acórdão nº 571/2006 - 2º câmara) (g.n.) "

neste sentido, cabe destacar a doutrina de JOEL DE MENEZES NIEBUHN, em licitações públicas e contratos administrativo. Curitiba.

(...) _ a lei nº 8.666/93 pelo menos no que tange a habilitação jurídica, não exige que o documento constitutivo preveja expressamente que o licitante se dedique especificadamente á atividade correspondente ao objeto da licitação (...)

Dessa sorte, a administração deve verificar se as atividades desempenhas pelos licitantes como dispostas em seus documentos constitutivos são direcionados no mesmo sentido do licitado.

O licitante deve ser **INABILITADO** somente se os **CNAES CORRESPONDENTES** não o direcionam em nada que figure os serviços licitados.

Conforme ensinamento de **MARÇAL JUSTEN FILHO** (em comentários á lei de licitações e contratos administrativos. pag. 16-ed. São paulo - Revista dos Tribunais, 2014. p 553)

(...) se uma pessoa jurídica apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, a ausência de previsão expressa desta atividade em seu contrato social **NÃO PODE SER EMPECILHO A SUA HABILITAÇÃO.**


IV - DO PEDIDO

Senhor pregoeiro, pelos fatos de direito aqui exposto, **REQUER** na melhor forma da lei e direito, a **RETIFICAÇÃO DA DECISÃO** no presente pregão com a **HABILITAÇÃO E POSTERIORMENTE A ADJUDICAÇÃO** do certame a recorrente.

Em sendo contrária V. decisão que o mesmo suba a autoridade posterior para que proceda com a apreciação do mesmo.

Nos termos em que pede pelo **TOTAL DEFERIMENTO.**

Caçapava do sul, 19 de agosto de 2022



VANUZA RIBEIRO EIRELI

FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE
Vanuza Ribeiro Eireli
CNPJ 14.877.743/0001-59

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO

REF: PREGÃO Nº 3277/2022


VANUZA RIBEIRO EIRELI pessoa jurídica de direito privado devidamente qualificada nos autos do procedimento licitatório acima vem por meio deste apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão deste pregoeiro de inabilitar a recorrente no presente certame conforme fundamentos acostados nos autos da presente ata eletrônica.

Requer o recebimento de maneira **TEMPESTIVA** e após apreciado, julgado por este pregoeiro que suba a autoridade superior, se assim entender, para que proceda com **PARECER** referente ao presente recurso.

Cagapava do Sul, 19 de agosto de 2022



COMISSÃO DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE
Vanuza Ribeiro Eireli
114877743000159